



Julho/2015



TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Concurso Público para provimento de cargos de Auditor-Substituto de Conselheiro

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Primeira Etapa

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitido qualquer tipo de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**PROVA OBJETIVA****GRUPO I****Administração Financeira e Orçamentária**

1. A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção das imperfeições inerentes à própria lógica de mercado, denomina-se função
- (A) normativa.
(B) distributiva.
(C) estabilizadora.
(D) administrativa.
(E) alocativa.
2. Em se tratando de suprimientos de fundos,
- (A) o adiantamento será concedido mediante o devido empenhamento da despesa na dotação própria.
(B) a concessão de adiantamento para despesas urgentes não gera inicialmente impacto orçamentário.
(C) a concessão de adiantamento afeta a execução orçamentária apenas no momento da respectiva prestação de conta pelo responsável.
(D) a devolução de saldo de adiantamento não utilizado, em exercício posterior ao da concessão, não gera impacto na execução orçamentária.
(E) a devolução de saldo de adiantamento não utilizado no mesmo exercício da concessão, gera uma receita orçamentária.
3. Sobre os princípios orçamentários, é correto afirmar que
- (A) o princípio da totalidade ensina que o orçamento deve ser único no âmbito de cada órgão ou unidade orçamentária do governo.
(B) a utilização de valores líquidos na previsão de receitas orçamentárias sujeitas a retenções do FUNDEB não obedece ao princípio orçamentário da universalidade.
(C) a utilização de valores líquidos na previsão das receitas orçamentárias sujeitas às retenções do FUNDEB não fere o princípio orçamentário da universalidade.
(D) o princípio orçamentário da não afetação veda a vinculação de impostos e taxas a órgãos, fundo ou despesa.
(E) a autorização para abertura de todos os tipos de créditos adicionais é uma das exceções relacionadas à aplicação do princípio orçamentário da exclusividade.
4. Relaciona-se à Lei de Diretrizes Orçamentárias
- (A) organizar, em programas, as ações que resultem em incremento de bens ou serviços que atendam às demandas da sociedade.
(B) definir com clareza as metas e prioridades da Administração, bem como os resultados esperados.
(C) dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
(D) facilitar o gerenciamento da Administração, através da definição de responsabilidade pelos resultados.
(E) estabelecer a necessária relação entre as ações a serem desenvolvidas e a orientação estratégica de governo.
5. Receitas correntes
- I. não decorrem de uma mutação patrimonial, e, portanto, são consideradas receitas efetivas.
II. e de capital intraorçamentárias constituem novas categorias econômicas da receita orçamentária.
III. decorrem de uma mutação patrimonial e, portanto, não são consideradas receitas efetivas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
(B) II.
(C) III.
(D) I.
(E) I e II.
6. Sobre os estágios das despesas públicas, é correto afirmar que
- (A) a emissão da Nota de Empenho não depende da emissão do Empenho.
(B) a emissão da Nota de Empenho é indispensável.
(C) o Empenho da despesa, excepcionalmente, poderá ser dispensado.
(D) não existe diferença entre Empenho e Nota de Empenho.
(E) o Empenho da despesa é um ato indispensável.
7. Determinada prefeitura verificou, na entrega dos materiais adquiridos, que o credor não cumpriu os requisitos previstos no instrumento contratual. Nesse caso, dentre as opções abaixo, a providência a ser tomada será
- (A) a anulação do valor empenhado, apenas.
(B) o estorno do pagamento e o cancelamento da liquidação.
(C) o cancelamento da liquidação da despesa, apenas.
(D) o estorno da liquidação e a anulação do empenho.
(E) o estorno do pagamento, apenas.
8. A inscrição de restos a pagar não processados
- (A) não afeta o crédito orçamentário disponível da entidade, pois trata-se de despesa já empenhada, razão pela qual é considerada uma receita extraorçamentária no Balanço Financeiro, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
(B) gera impacto negativo no crédito orçamentário disponível da entidade, em função do empenhamento da despesa no momento da inscrição, razão pela qual o seu valor é considerado receita extraorçamentária no Balanço Financeiro.
(C) não gera impacto no crédito orçamentário disponível da entidade, visto que não está incluído na despesa orçamentária do exercício. Em função disso, o seu valor não é considerado no Balanço Financeiro.
(D) aumenta o montante da despesa empenhada da entidade, provocando assim uma redução no seu crédito orçamentário disponível. No entanto, por não representar uma saída efetiva de recursos das caixas da entidade, não será considerado na elaboração do Balanço Financeiro.
(E) não afeta o crédito orçamentário disponível da entidade por ser uma transação extraorçamentária no momento da sua inscrição, razão pela qual, no Balanço Financeiro do exercício subsequente a sua inscrição, será considerado despesa extraorçamentária.



9. A abertura de crédito adicional

- (A) com recursos do excesso de arrecadação, não implica a atualização da previsão inicial da receita em montante equivalente ao do crédito aberto.
 - (B) com recursos da anulação total ou parcial de dotação não altera o montante total do crédito orçamentário aprovado na Lei Orçamentária Anual.
 - (C) especial aplica-se somente aos casos de dotação que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento.
 - (D) suplementar também pode ser utilizado para atender também as despesas para as quais não exista dotação orçamentária específica.
 - (E) especial destina-se também ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de calamidade pública.
-

10. Os restos a pagar

- I. com prescrição interrompida podem ser pagos a conta de despesas de exercícios anteriores, mediante o empenhamento da despesa na respectiva dotação orçamentária.
- II. não processados também se enquadram no conceito de despesas de exercícios anteriores, visto que são obrigações resultantes de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que ocorrer o pagamento.
- III. com prescrição interrompida podem ser pagos a conta de despesas de exercícios anteriores, mediante o reconhecimento do passivo financeiro, sem onerar o orçamento do exercício em que ocorrer o pagamento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I.
 - (E) I e II.
-

Contabilidade Geral e Pública

11. Um lote de mercadorias para comercialização foi adquirido a prazo em 30/09/2014 pelo valor de R\$ 1.900.000,00, para pagamento em dezembro de 2015. Se a compra fosse realizada à vista, o preço de aquisição teria sido R\$ 1.200.000,00. No mês de outubro de 2014 a empresa realizou a venda de 70% dessas mercadorias pelo valor de R\$ 1.500.000,00, para recebimento em novembro de 2015. Se a venda das mercadorias tivesse sido feita à vista o preço de venda seria R\$ 1.000.000,00. Em 31/12/2014 o valor que a empresa deveria pagar para o fornecedor era R\$ 1.250.000,00 e o valor que seria cobrado do cliente era R\$ 1.300.000,00.

Nesse caso, a empresa reconheceu, no resultado de 2014, Resultado Bruto com Vendas no valor de

- (A) R\$ 170.000,00.
 - (B) R\$ 660.000,00 e Despesa Financeira = R\$ 50.000,00, apenas.
 - (C) R\$ 160.000,00; Receita Financeira = R\$ 300.000,00 e Despesa Financeira = R\$ 50.000,00.
 - (D) R\$ 330.000,00 (prejuízo) e Receita Financeira = R\$ 300.000,00, apenas.
 - (E) R\$ 160.000,00, apenas.
-

12. Um caminhão foi adquirido por R\$ 800.000,00 à vista para ser utilizado na atividade de uma empresa. A aquisição ocorreu em 31/12/2011, a empresa definiu a vida útil do caminhão em 700.000 km e o valor esperado de venda para este caminhão no final da vida útil definida era R\$ 100.000,00. Em 30/06/2013, a empresa vendeu o caminhão por R\$ 500.000,00 à vista. Sabendo que a empresa calcula a despesa de depreciação em função da quilometragem percorrida pelo caminhão e que até o momento da venda o caminhão havia rodado 350.000 km e que a vida útil para fins fiscais é definida em 5 anos, o valor evidenciado na Demonstração de Resultados de 2013, correspondente somente à venda do caminhão foi

- (A) prejuízo no valor de R\$ 60.000,00.
 - (B) prejuízo no valor de R\$ 90.000,00.
 - (C) lucro no valor de R\$ 100.000,00.
 - (D) lucro no valor de R\$ 50.000,00.
 - (E) lucro no valor de R\$ 150.000,00.
-



13. Uma empresa apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2012 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 20.000.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 24.000.000,00.
- Perda por desvalorização ("impairment"): R\$ 4.000.000,00.

Em 31/12/2013 a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade ("impairment") para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso do intangível: R\$ 21.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda do intangível: R\$ 19.000.000,00.

Nas demonstrações contábeis do ano de 2013, a empresa

- (A) manteve o valor contábil de R\$ 20.000.000,00 no Balanço Patrimonial de 31/12/2013.
- (B) reconheceu, no resultado do ano de 2013, um ganho no valor de R\$ 1.000.000,00 decorrente da reversão de parte da perda por desvalorização.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização, no resultado do ano de 2013, no valor de R\$ 1.000.000,00.
- (D) reconheceu, no resultado do ano de 2013, um ganho no valor de R\$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização anterior.
- (E) reconheceu, no resultado do ano de 2013, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.000.000,00.

14. A Cia. Riacho Fundo adquiriu, em 31/12/2012, 60% das ações da Cia. Rio Raso por R\$ 30.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido contábil da Cia. Rio Raso era R\$ 55.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis dessa Cia. era R\$ 60.000.000,00. A diferença entre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis e o valor do Patrimônio Líquido era decorrente da variação entre o valor contabilizado pelo custo e o valor justo de um terreno.

No período de 01/01/2013 a 31/12/2013, a Cia. Rio Raso reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido de 2013: R\$ 3.000.000,00
- Pagamento total de dividendos distribuídos em 2013: R\$ 1.000.000,00

O valor reconhecido na conta Investimentos, no Balanço Patrimonial individual da Cia. Riacho Fundo, em 31/12/2013, foi, em reais,

- (A) 37.200.000,00.
- (B) 31.200.000,00.
- (C) 36.800.000,00.
- (D) 34.200.000,00.
- (E) 32.000.000,00.

15. A tabela a seguir apresenta as características de algumas aplicações financeiras que foram realizadas por uma empresa em 31/10/2014:

Valor aplicado (R\$)	Taxa de juros	Data de vencimento	Classificação pela empresa
2.000.000,00	0,9%a.m.	01/12/2016	Disponível para venda futura
2.000.000,00	0,8%a.m.	01/12/2018	Destinados para venda imediata
2.000.000,00	1,0%a.m.	01/12/2018	Mantidos até o vencimento

Os valores justos destas aplicações, em 31/12/2014, eram os seguintes:

Classificação pela empresa	Valor Justo (R\$)
Disponível para venda futura	2.040.000,00
Destinados para venda imediata	2.010.000,00
Mantidos até o vencimento	2.020.000,00

Sabendo que todas as aplicações remuneram juros compostos, os valores evidenciados no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 para os títulos disponíveis para venda futura, para os títulos destinados para venda imediata e para os títulos mantidos até o vencimento, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 2.040.000,00; 2.010.000,00 e 2.020.000,00.
- (B) 2.036.162,00; 2.032.128,00 e 2.040.200,00.
- (C) 2.036.162,00; 2.032.128,00 e 2.020.000,00.
- (D) 2.000.000,00; 2.000.000,00 e 2.040.200,00.
- (E) 2.040.000,00; 2.010.000,00 e 2.040.200,00.



16. A redução da dívida consolidada referente à variação cambial é uma variação

- (A) passiva decorrente da execução do orçamento e reduz a situação líquida patrimonial.
- (B) ativa decorrente da execução do orçamento e reduz a situação líquida patrimonial.
- (C) passiva independente da execução do orçamento e aumenta a situação líquida patrimonial.
- (D) ativa independente da execução do orçamento e aumenta a situação líquida patrimonial.
- (E) ativa decorrente da execução do orçamento e não afeta a situação líquida patrimonial.

17. Considere os dados, a seguir, extraídos das demonstrações contábeis consolidadas do Município Beta referentes a X1:

Previsão Inicial da Receita	R\$ 8.000.000,00
Previsão Atualizada da Receita	R\$ 8.500.000,00
Receita Lançada	R\$ 8.400.000,00
Receita Arrecadada	R\$ 8.250.000,00
Dotação Inicial	R\$ 8.000.000,00
Dotação Atualizada	R\$ 8.700.000,00
Despesa Paga	R\$ 7.500.000,00
Inscrição de Restos a Pagar	R\$ 1.100.000,00
Recebimento de Depósito Caução	R\$ 300.000,00
Pagamento de Restos a Pagar	R\$ 850.000,00

Com base nestas informações,

- (A) a receita realizada evidenciada no Balanço Orçamentário foi R\$ 8.400.000,00.
- (B) o resultado de execução orçamentária referente a X1, conforme Lei nº 4.320/1964, foi deficitário em R\$ 350.000,00.
- (C) a economia orçamentária evidenciada no Balanço Orçamentário foi R\$ 1.200.000,00.
- (D) o valor dos recebimentos extraorçamentários evidenciado no Balanço Financeiro foi R\$ 300.000,00.
- (E) o total dos dispêndios evidenciado no Balanço Financeiro foi R\$ 8.350.000,00.

18. Antes do encerramento do exercício, em 31/12/2014, a contabilidade da Prefeitura Municipal de Gama ainda precisava registrar as transações, apresentadas a seguir, referentes ao mês de dezembro de 2014:

- Depreciação de veículo no valor de R\$ 250,00 referente ao mês de dezembro de 2014.
- Arrecadação de transferências correntes no valor de R\$ 10.000,00, cujo direito de recebimento já havia sido reconhecido pela contabilidade.
- Reconhecimento de perda por *impairment* no valor de R\$ 950,00 referente a um ativo intangível.
- Empenho e liquidação de despesa com material de consumo no valor de R\$ 7.500,00.
- Utilização de medicamentos no valor de R\$ 6.000,00 na prestação de serviços de saúde.
- Empenho e liquidação da despesa com a aquisição de um aparelho por R\$ 15.000,00, cuja entrega pelo fornecedor ocorreu em 31/12/2014 e cujo pagamento ocorrerá em 2015.
- Empenho, liquidação e pagamento da despesa com amortização da dívida fundada no valor de R\$ 20.000,00.
- Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 13.000,00.
- Arrecadação de dívida ativa não tributária no valor de R\$ 14.000,00.

Considerando as demonstrações contábeis consolidadas do Município referentes a 2014, o impacto do registro das transações, tomadas em conjunto, no resultado patrimonial do exercício de 2014 foi, em reais,

- (A) negativo em 7.200,00.
- (B) positivo em 6.800,00.
- (C) positivo em 16.800,00.
- (D) negativo em 8.700,00.
- (E) negativo em 12.200,00.



19. Considere os itens, a seguir, referentes ao patrimônio da Administração pública direta municipal em 31/12/2014: I. Sistema Integrado de Administração Financeira e Orçamentária, <i>software</i> não integrante de <i>hardware</i> adquirido em dezembro de 2014 pela Prefeitura Municipal por R\$ 5.000.000,00 e com vida útil estimada de 10 anos. II. Empréstimos obtidos em 2014 com vencimento em 420 dias. III. Adiantamento a Fornecedores de material de distribuição gratuita, cuja entrega dos bens estava prevista para 2015. No Balanço Patrimonial de 31/12/2014, os itens I, II e III foram classificados, respectivamente, como (A) Imobilizado, Passivo Circulante e Ativo Circulante. (B) Intangível, Passivo Financeiro e Ativo Circulante. (C) Intangível, Passivo não Circulante e Passivo Circulante. (D) Imobilizado, Passivo Permanente e Passivo Circulante. (E) Intangível, Passivo não Circulante e Ativo Circulante.	22. Uma das áreas de interesse do Controle Interno está relacionada à execução orçamentária. A atuação do Controle Interno, nesse caso, ocorre de forma (A) prévia, concomitante e subsequente, uma vez que o Controle Interno participa de todas as fases desse processo. (B) concomitante e subsequente apenas, uma vez que o Controle Interno não participa da elaboração da proposta orçamentária. (C) subsequente apenas, uma vez que ao Controle Interno cabe exclusivamente o acompanhamento dos atos já realizados. (D) prévia apenas, uma vez que o Controle Interno é o responsável por monitorar os atos de planejamento. (E) prévia e subsequente apenas, uma vez que os atos de execução têm aspectos discricionários que não estão sob o jugo do Controle Interno.
20. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, (A) os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, devendo ser utilizados, obrigatoriamente, no exercício em que ocorrer o ingresso. (B) a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes e atender o disposto no Plano Plurianual. (C) o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (D) uma despesa obrigatória de caráter continuado é despesa de capital derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício financeiro. (E) a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e para o Poder Legislativo Municipal, incluindo o Tribunal de Contas do Município, não poderá exceder 3,6% da receita corrente líquida.	23. Em 2014, o Município do Rio de Janeiro emitiu os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF da seguinte forma: I. com periodicidade quadrimestral. II. assinados pelo Prefeito e pelas autoridades responsáveis pela Administração Financeira. III. publicados 30 dias após o encerramento do respectivo período, inclusive por meio eletrônico. IV. contendo comparativo da despesa com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas, com os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. V. emitidos pelo Prefeito. A equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – TCM/RJ, ao analisar esses relatórios, constatou que houve falha quanto ao item (A) I, pois a periodicidade do RGF é bimestral. (B) II, pois faltou a assinatura do responsável pelo Controle Interno. (C) III, pois a publicação deve ser feita até 15 dias após o encerramento do período. (D) IV, pois esse comparativo é conteúdo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e não do RGF. (E) V, pois o RGF deve ser emitido por responsável pelo Controle Interno.
Controle Externo da Administração Pública 21. Considere os seguintes tipos de atuação: I. Prestação ou tomada de contas anual instituída em lei. II. Prestação ou tomada de contas por fim de gestão. III. Prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens e valores a qualquer tempo. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, cabe ao controle interno a execução (A) do item I, apenas. (B) do item III, apenas. (C) dos itens I e II, apenas. (D) dos itens I, II e III. (E) dos itens II e III, apenas.	24. O Prefeito do Município do Rio de Janeiro dispensou indevidamente um processo licitatório. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, (A) a aplicação de eventual pena depende da rejeição das contas pelo TCM/RJ. (B) a ação a ser proposta destinada a levar a efeito eventual sanção prescreve em 10 anos após o término do mandato. (C) constitui ato de improbidade administrativa que comporta enriquecimento ilícito. (D) constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário. (E) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração pública.



25. Um servidor do TCM/RJ, responsável por valores públicos, não realizou prestação de contas, ato a que estava obrigado a fazer. Nesse caso, nos termos disciplinados pela Lei Orgânica do TCM/RJ, cabe ao Tribunal determinar a realização de
- (A) tomada de contas.
- (B) acompanhamento dos planos de ação e programas de trabalho.
- (C) inspeção para fins específicos.
- (D) fiscalização extraordinária.
- (E) vistoria apartada das contas.
26. O TCM/RJ, no processo de análise das contas do Prefeito do Rio de Janeiro, apurou a ocorrência de prática de ato ilegal, mas não de natureza grave e que não representou injustificado dano ao erário. Nesse caso, as contas devem ser julgadas
- (A) irregulares.
- (B) regulares.
- (C) regulares com ressalva.
- (D) liquidáveis.
- (E) destrancadas.
27. O Plenário do TCM/RJ concluiu pela necessidade de normatização da aplicação de determinada lei pertinente às suas atribuições. Nos termos do seu Regimento Interno – RITCM/RJ, essa normatização deverá ocorrer sob a forma de
- (A) regulamento.
- (B) parecer.
- (C) comunicado.
- (D) decisão.
- (E) deliberação.
28. A antiguidade do Conselheiro é regulada pelo RITCM/RJ e será determinada na seguinte ordem:
- (A) idade, data da nomeação e data da posse.
- (B) data da nomeação, data da posse e idade.
- (C) data da posse, data da nomeação e idade.
- (D) idade, data da posse e data da nomeação.
- (E) data da posse, idade e data da nomeação.
29. Nos termos dispostos no RITCM/RJ, acerca do cargo de Auditor é correto afirmar que
- (A) depois de empossado, só perderá o cargo por decisão do Plenário do Tribunal.
- (B) a comprovação do efetivo exercício por mais de 10 anos de cargo da carreira de Controle Externo do quadro de pessoal de Tribunal constitui título computável para o concurso de provas e títulos.
- (C) quando em substituição de Conselheiro por mais de 15 dias terá as mesmas garantias e impedimentos a este assegurados.
- (D) são em número de quatro e nomeados pelo Presidente do Tribunal.
- (E) podem exercer cargos em comissão ou funções gratificadas no TCM/RJ.
30. Nos termos do RITCM/RJ, a apreciação das contas do Governo do Município, apresentadas anualmente pelo Prefeito, será realizada em sessão
- (A) especial.
- (B) extraordinária.
- (C) ordinária.
- (D) solene.
- (E) administrativa.

Direito Administrativo

31. Considere que o Estado do Rio de Janeiro pretenda fomentar investimentos públicos e privados para o desenvolvimento de soluções ambientais visando a despoluição marítima, dispondo, para tanto, de recursos provenientes de financiamento concedido por organismo financeiro multilateral do qual o Brasil faz parte. Para atingir tal escopo, deverão ser realizadas obras e executados serviços específicos, discriminados em projeto básico desenvolvido por empresa especializada. De acordo com a legislação aplicável, para tal mister é lícito ao Estado valer-se de
- (A) convênios, celebrados entre a Administração pública estadual e empresas privadas que detenham notória especialização no objeto pretendido, para a execução das obras e prestação dos serviços correspondentes.
- (B) contratos de Gestão com entidades integrantes da Administração indireta da esfera estadual ou dos municípios beneficiados, para realização de objetivos de interesse comum e gestão associada de serviços.
- (C) contratos com empresas privadas, mediante prévio procedimento licitatório, no qual poderão ser adotadas as normas e procedimentos estabelecidos pela entidade financiadora, inclusive no que diz respeito ao critério de seleção da proposta mais vantajosa.
- (D) contrato na modalidade Regime Diferenciado de Contratações Públicas, sob a forma de empreitada integral, que permite a seleção discricionária dos contratados para a execução de obras e serviços que exijam solução tecnológica complexa.
- (E) concessão comum, mediante aporte dos recursos provenientes do financiamento público, destinado às obras necessárias, e cobrança de tarifa e/ou obtenção de receitas acessórias pelo concessionário para fazer frente ao custeio dos serviços.
32. É cediço que o controle jurisdicional dos atos administrativos diz respeito à legalidade, não cabendo ao Poder Judiciário imiscuir-se nos critérios de conveniência e oportunidade que balizam a edição do ato e que constituem o mérito do mesmo. Vale dizer, o Poder Judiciário deve respeitar os limites legais da discricionariedade administrativa, o que, com base naquela permissão, é correto afirmar:
- (A) Apenas os atos vinculados são passíveis de revisão pelo Poder Judiciário, que, com base na Teoria dos Motivos Determinantes, avalia a presença dos requisitos de validade do ato.
- (B) O Poder Judiciário pode revogar ato discricionário, quando a autoridade usa o poder discricionário para atingir fim diverso daquele determinado em lei, ou seja, quando identificado desvio de poder.
- (C) No âmbito de abrangência do controle externo exercido pelo Poder Judiciário insere-se a verificação dos pressupostos de fato indicados nos motivos que levaram à prática do ato discricionário.
- (D) Quando a discricionariedade administrativa estiver pautada em aspectos técnicos, a escolha praticada com base na valoração desses aspectos passa a se caracterizar como vinculada, permitindo ao Poder Judiciário a ampla avaliação dos critérios de conveniência e oportunidade adotados pela Administração.
- (E) Quando aspectos de legalidade do ato administrativo são questionados judicialmente, a Administração fica impedida de revogar os referidos atos por critérios de conveniência e oportunidade.



33. Suponha que a Secretaria Estadual de Cultura pretenda realizar uma temporada de concertos gratuitos à população, com a participação de prestigiado regente estrangeiro. De acordo com as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/1993, a licitação para contratação do referido profissional
- (A) é inafastável, salvo se o contratado não receber remuneração pelo trabalho.
 - (B) poderá ser dispensada, se comprovada notória especialização do contratado.
 - (C) poderá ser substituída por procedimento de pré-qualificação, observados os requisitos de publicidade aplicáveis.
 - (D) poderá ser realizada na modalidade convite, independentemente do valor do contrato.
 - (E) será inexigível, caso se trate de artista consagrado pela crítica ou pela opinião pública.
-
34. Suponha que a Administração pública estadual pretenda contratar operação de crédito externo para financiar obras de infraestrutura na região portuária. Decidiu, então, que o tomador do referido financiamento seria uma sociedade de economia mista da qual o Estado detém a maioria do capital social e o controle societário, empresa que será, também, a responsável pela execução dos empreendimentos financiados. De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal,
- (A) a referida opção somente será juridicamente válida se a empresa em questão for não dependente, assim entendida como aquela que não recebe recursos do Tesouro para despesas de pessoal e custeio em geral.
 - (B) entre os requisitos necessários, inclui-se a prévia autorização legislativa e observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal, além de autorização específica deste em se tratando de empréstimo externo.
 - (C) somente na hipótese de prestação de garantia ou contragarantia pelo Estado é que será exigida autorização legislativa e aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional.
 - (D) é vedada a referida operação de crédito se a mesma for realizada nos últimos dois quadrimestres do mandato do Chefe do Executivo.
 - (E) a referida opção encontra-se entre as hipóteses de vedação previstas na LRF, que proíbe a realização de operações de crédito por empresas controladas pelo ente federativo.
-
35. No curso da execução de um contrato de Parceria Público Privada – PPP, celebrado na modalidade concessão patrocinada no ano de 2011, que tem por objeto a ampliação e operação de malha ferroviária, o poder concedente identificou a necessidade de reforma em determinada estação integrante do objeto contratado. Verificou que os investimentos adicionais seriam da ordem de R\$ 30 milhões e, por não estarem previstos originalmente, não foram considerados para fins de oferecimento da proposta vencedora. Outrossim, constatou que tais investimentos adicionais não redundariam em aumento de receita tarifária ou receitas acessórias para a concessionária. Diante desse cenário, considerando a legislação aplicável à matéria, os referidos investimentos adicionais poderão ser cobertos mediante
- (A) majoração da contraprestação pecuniária a cargo do poder concedente, observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor original atualizado do contrato.
 - (B) reequilíbrio econômico-financeiro a favor do parceiro privado, exclusivamente na forma de majoração da tarifa cobrada dos usuários pela prestação do serviço.
 - (C) ampliação do prazo contratual, em período suficiente para amortizar os investimentos adicionais, afastando-se, por se tratar de reequilíbrio econômico-financeiro, o limite máximo de 35 anos.
 - (D) novo contrato de Parceria Público Privada, na modalidade concessão administrativa, com pagamento de contraprestação pecuniária suficiente para cobrir os investimentos adicionais, celebrado, obrigatoriamente, com o mesmo parceiro privado.
 - (E) aporte de recursos do poder concedente em favor do parceiro privado, caso a estação se configure como bem reversível, devendo tal aporte guardar proporcionalidade com as etapas das obras efetivamente executadas e contar com autorização legal específica.
-
36. Suponha que o Estado participe, minoritariamente, do capital social de uma empresa privada voltada ao desenvolvimento e exploração de fontes alternativas de energia. Considere que diretores da referida empresa receberam propina para beneficiar fornecedor que celebrou vários contratos de fornecimento de equipamentos com preços claramente acima dos praticados no mercado. Nessa situação, as penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa
- (A) não são aplicáveis, tendo em vista que o dano foi suportado por entidade que não integra a Administração direta ou indireta.
 - (B) são aplicáveis apenas aos diretores da empresa, a qual, por contar com participação pública em seu capital é sujeito passivo de ato de improbidade, não alcançando, contudo, particulares envolvidos no superfaturamento.
 - (C) não são aplicáveis, eis que a situação narrada não envolve procedimento licitatório e insere-se no âmbito da responsabilização civil e societária.
 - (D) aplicam-se aos diretores e a particulares que tenham se beneficiado, direta ou indiretamente do ato, limitando-se a sanção patrimonial à participação do Estado no capital ou patrimônio líquido da empresa.
 - (E) são aplicáveis aos diretores e aos particulares envolvidos, desde que possa ser segregado o prejuízo suportado diretamente pelo Estado e comprovado enriquecimento ilícito dos agentes ativos.



37. Considere que determinado imóvel público, adquirido pelo ente federativo mediante adjudicação em processo de execução fiscal, tenha sido considerado inadequado para a instalação de órgão público conforme inicialmente aventado, de forma que o imóvel não foi afetado a nenhum serviço ou atividade pública. Considerando o regime jurídico aplicável aos bens públicos, na forma prevista na Constituição Federal, Código Civil e Lei nº 8.666/1993, o ente poderá
- (A) alienar o referido imóvel, desde que conte com prévia autorização legislativa e avaliação, mediante licitação obrigatoriamente na modalidade concorrência.
 - (B) firmar contrato de locação com particular, pois, em se tratando de bem de uso comum, são admissíveis os institutos de utilização previstos no direito civil, observada a compatibilidade de preço com os praticados no mercado.
 - (C) outorgar concessão de uso a particular, sempre em caráter precário e remunerado, mediante prévio procedimento licitatório e avaliação.
 - (D) utilizar, exclusivamente, os institutos da permissão ou autorização de uso, a primeira sempre em caráter precário, remunerada ou não, e a segunda por prazo determinado e cuja revogação antecipada assegura ao particular compensação pecuniária.
 - (E) efetuar permuta por outro imóvel que atenda às finalidades pretendidas pela Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a escolha, dispensada a licitação e verificada a compatibilidade de preço com o mercado mediante avaliação prévia.
-
38. Considere que uma empresa contratada pela Administração pública para a prestação de serviços de limpeza tenha cometido diversos descumprimentos de suas obrigações contratuais e a ela tenham sido aplicadas, pela Administração, proibição de participar de licitações. No caso citado, a atuação da Administração é expressão de seu poder
- (A) disciplinar, que permite aplicar penalidades não apenas aos servidores públicos mas também às demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
 - (B) regulamentar, exercido nos limites da legislação que rege a matéria.
 - (C) hierárquico, decorrente da supremacia do interesse público sobre o privado.
 - (D) discricionário, que permite à Administração a escolha da conduta que melhor atenda ao interesse público no caso concreto.
 - (E) normativo, que permite impor obrigações aos administrados em prol do interesse público.
-
39. A Secretaria de Estado da Fazenda instaurou procedimento licitatório do tipo técnica e preço objetivando a contratação de empresa ou consórcio de empresa para realizar avaliação econômico-financeira e propor modelagem para privatização de empresa controlada pelo Estado. Referido tipo de licitação
- (A) é incabível, dada a natureza do objeto a ser contratado, devendo ser adotado o tipo menor preço.
 - (B) determina que a Administração fixe, no instrumento convocatório, o preço máximo que propõe pagar pelos serviços contratados.
 - (C) contempla inversão de fases, verificando-se, primeiramente, as propostas e, subsequentemente, as condições de habilitação.
 - (D) ocorre, obrigatoriamente, precedido de pré-qualificação dos licitantes, com avaliação da metodologia de execução.
 - (E) determina que a classificação dos proponentes seja feita de acordo com a média ponderada da proposta técnica e do preço, de acordo com os pesos estabelecidos no edital.
-
40. Determinada instituição financeira, constituída sob a forma de sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica e que atua em regime de competição no mercado foi acionada judicialmente por um cidadão, que objetiva ser indenizado por alegados prejuízos materiais e danos morais em razão da inclusão de seu nome em cadastro de devedores, em decorrência de equívoco da referida instituição. O cidadão fundamentou seu pedido na responsabilidade civil da Administração pública, na forma preconizada pelo artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. Referida pretensão, com o fundamento apresentado, afigura-se
- (A) incabível, uma vez que sua natureza e regime de atuação no mercado privado, afasta a responsabilidade objetiva típica das prestadoras de serviço público.
 - (B) cabível, desde que comprovada a responsabilidade objetiva da empresa, submetida a regime jurídico de direito público.
 - (C) cabível, desde que comprovada conduta culposa de empregado da empresa.
 - (D) incabível, eis que a responsabilização civil do Estado pressupõe a presença de entidades sujeitas ao regime jurídico público.
 - (E) cabível, em razão da finalidade lucrativa do ente, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre a conduta da empresa e o dano apontado.

**Direito Constitucional**

41. Constituição flexível

- (A) exclui a forma escrita.
- (B) pode ser mais estável no tempo do que uma Constituição tecnicamente rígida.
- (C) requer base documental formal.
- (D) exclui mecanismos parlamentares de controle de constitucionalidade.
- (E) pressupõe mecanismo de controle preventivo de constitucionalidade.

42. A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a

- (A) privação de liberdade e o trabalho forçado em colônia agrícola ou industrial.
- (B) perda de bens e a suspensão ou interdição de direitos.
- (C) multa e o trabalho forçado em colônia agrícola ou industrial.
- (D) prestação social alternativa e o banimento.
- (E) perda de bens e o trabalho forçado em colônia agrícola ou industrial.

43. Os direitos coletivos a que se refere o Capítulo I do Título II da Constituição de 1988 ("Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos") são direitos

- (A) individuais de exercício coletivo.
- (B) sociais.
- (C) transindividuais, de natureza indivisível, cujos titulares são pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- (D) transindividuais, de natureza indivisível, cujo titular é um grupo, uma categoria ou uma classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- (E) individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origens múltiplas e diversas.

44. Lei ordinária e lei complementar

- (A) guardam relação de hierarquia entre si, porque a primeira subordina-se à segunda.
- (B) distinguem-se pela maioria requerida para aprovação parlamentar (maioria absoluta e maioria simples, respectivamente) e pela repartição constitucional de matérias confiadas a uma e a outra.
- (C) são igualmente atos normativos primários, mas a segunda tem prazo diferenciado para sanção ou veto presidencial.
- (D) excluem a possibilidade de a segunda dispor sobre a matéria da primeira.
- (E) podem veicular, ambas as espécies, normas nacionais, isto é, que repercutem para todos os entes federados.

45. A Comissão [I], diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos [II], poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de [III], preste os esclarecimentos necessários.

Os elementos a que se referem I, II e III são:

	I	II	III
A	Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO	não programados ou de subsídios não aprovados	cinco dias
B	Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO	não programados ou de subsídios não aprovados	dez dias
C	Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO	programados ou de subsídios aprovados	cinco dias
D	de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC	não programados ou de subsídios não aprovados	dez dias
E	de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC	programados ou de subsídios aprovados	dez dias

46. Medida provisória

- (A) exclui a possibilidade de emenda parlamentar.
- (B) não se sujeita à sanção ou veto.
- (C) não implica nenhum prejuízo automático à tramitação de proposta de emenda constitucional.
- (D) pode abrir créditos orçamentários em geral, sejam eles adicionais, especiais, suplementares ou extraordinários.
- (E) escapa ao controle judicial da constitucionalidade dos seus pressupostos constitucionais.

47. O julgamento de procedência de ação direta de inconstitucionalidade

- (A) cria dever de veto presidencial em situações análogas ulteriores.
- (B) surte efeito vinculante relativamente a todos os órgãos do Poder Judiciário.
- (C) surte efeito vinculante relativamente ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas e às Câmaras Municipais.
- (D) requer subsequente manifestação do Senado Federal.
- (E) faz coisa julgada *erga omnes* inclusive relativamente ao Supremo Tribunal Federal.

48. São mecanismos de controle preventivo de constitucionalidade existentes no Direito brasileiro:

- (A) sanção e veto; súmula vinculante; e ação civil pública.
- (B) comissões parlamentares de constituição e justiça; arguição de descumprimento de preceito fundamental; e ação civil pública.
- (C) sanção e veto; arguição de descumprimento de preceito fundamental; e ação civil pública.
- (D) comissões parlamentares de constituição e justiça; sanção e veto; e mandado de segurança contra proposta de emenda constitucional questionada em face de cláusula pétrea.
- (E) sanção e veto; súmula vinculante e mandado de injunção.



49. Segundo o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

Esse dispositivo constitucional

- (A) exclui a impetração de mandado de injunção para a sua consecução.
- (B) remete a uma regulamentação que exige forma de lei complementar.
- (C) refere-se a direitos relativos à previdência e à assistência social, não a direitos relativos à saúde.
- (D) veicula uma imunidade, não uma isenção.
- (E) pode ser concretizado por meio de ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

50. Ao Sistema Único de Saúde compete

- (A) fiscalizar e inspecionar alimentos, não compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.
- (B) executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, excluídas as de saúde do trabalhador.
- (C) colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- (D) participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos e tóxicos, excluídos os radioativos.
- (E) controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde, vedada a sua participação na produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.

Direito Financeiro

51. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece textualmente que o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase para determinados pontos expressamente previstos nesse diploma legal.

No que diz respeito especificamente aos Tribunais de Contas, a referida Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que compete a esses Tribunais alertar os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como os demais órgãos referidos no seu art. 20, sempre que constatarem

- I. que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 75% dos respectivos limites.
- II. que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite de 90%, definido na própria Lei Complementar nº 101/2000.
- III. a existência de fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou irregularidades na gestão orçamentária, estas últimas apuradas em processo judicial com trânsito em julgado.
- IV. que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% do limite.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I, II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III.
- (E) IV.

52. A Lei Federal nº 4.320/1964, em seus arts. 2º, caput, 3º e 4º estabelece:

“Art. 2º – A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios.

...

Art. 3º – A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.

Art. 4º – A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.”

Essas regras materializam o princípio orçamentário conhecido como princípio da

- (A) universalidade.
- (B) flexibilidade.
- (C) uniformidade.
- (D) exatidão.
- (E) programação.

53. A espécie de orçamento cuja técnica utilizada para sua confecção consiste em desconsiderar os valores do ano anterior como valor inicial mínimo, e proceder a uma análise crítica de todos os recursos solicitados pelos órgãos governamentais, e de suas efetivas necessidades, sem qualquer compromisso com montantes iniciais de dotações, denomina-se orçamento

- (A) real ou efetivo.
- (B) de base zero ou por estratégia.
- (C) participativo.
- (D) democrático.
- (E) de desempenho ou por realizações.

54. A Constituição Federal fixa normas relacionadas com os Planos Plurianuais (PPLs), com as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e com as Leis Orçamentárias Anuais (LOA's). No que diz respeito especificamente à Lei Orçamentária Anual, o texto constitucional estabelece:

- I. Essa lei compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- II. O seu projeto será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- III. Essa lei compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público, sendo que este orçamento, que deverá ser compatibilizado com o plano plurianual, terá, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- IV. Essa lei compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.



55. A Constituição Federal, considerando a maior ou menor relevância de determinadas matérias, indicou expressamente os diplomas legais que devem discipliná-las. No caso específico das finanças públicas, da emissão e resgate de títulos da dívida pública e da fiscalização financeira da Administração pública direta e indireta, essas matérias, de acordo com a Constituição Federal, devem ser disciplinadas, respectivamente, por
- (A) lei complementar; lei complementar e lei complementar.
 - (B) lei ordinária; lei complementar e lei complementar.
 - (C) lei complementar; resolução do senado federal e lei complementar.
 - (D) lei ordinária; lei complementar e ato normativo do Poder Executivo.
 - (E) resolução do senado federal; lei ordinária e lei complementar.

56. A Constituição Federal, no § 8º de seu art. 165, estabelece:

“Art. 165 – ...

... ”

§ 8º – *A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.*”

A vedação constitucional que impede que a lei orçamentária anual contenha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa materializa o princípio denominado

- (A) da clareza.
- (B) da não vinculação ou não afetação de receitas.
- (C) do equilíbrio.
- (D) da exclusividade.
- (E) da transparência.

57. A Constituição Federal estabelece, em seu art. 100, que “Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim”. No § 1º desse mesmo artigo, o texto constitucional, depois de arrolar os débitos que considera de natureza alimentícia, estabelece que *esses débitos serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos*, exceto sobre aqueles referidos no § 2º do mesmo artigo.

De acordo com o texto constitucional,

- I. serão pagos, com preferência sobre todos os demais débitos, aqueles, cujos titulares tenham 60 anos de idade, ou mais, na data de expedição do precatório, tendo como limite para esse pagamento, nestes casos, valor equivalente ao triplo do fixado em lei para pagamentos de obrigações definidas como de pequeno valor.
- II. serão pagos, com preferência sobre todos os demais débitos, aqueles de natureza alimentícia, cujos titulares sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, independentemente do valor que deva ser pago.
- III. o pagamento dos débitos de natureza alimentícia, cujos titulares tenham 60 anos de idade, ou mais, na data de expedição do precatório, poderá ser fracionado para fins de pagamento preferencial, sendo que, o que exceder o montante equivalente ao triplo do fixado em lei para pagamentos de obrigações definidas como de pequeno valor, será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.
- IV. o pagamento dos débitos, cujos titulares sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, poderá ser fracionado para fins de pagamento preferencial, sendo que, o que exceder o montante equivalente a dez vezes o fixado em lei para pagamentos de obrigações definidas como de pequeno valor, será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III.

58. O orçamento do qual consta apenas a previsão da receita e a fixação da despesa, constituindo uma peça meramente contábil-financeira, sem nenhuma espécie de planejamento da ação do governo, sem qualquer objetivo econômico e social de forma clara e sem preocupação com objetivos e metas e voltado preferencialmente às necessidades dos órgãos públicos, denomina-se orçamento

- (A) de desempenho ou por realizações.
- (B) estatal.
- (C) clássico ou tradicional.
- (D) pragmático.
- (E) de base zero ou por estratégia.



59. A escrituração das contas públicas deve obedecer às normas de contabilidade pública. A Lei Complementar nº 101/2000, no entanto, além de reafirmar que essa escrituração deverá obedecer às demais normas de contabilidade pública, ainda determina que sejam observadas normas de escrituração segundo as quais:

- I. as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.
- II. as demonstrações contábeis compreenderão, apenas de maneira isolada, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente.
- III. a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.
- IV. a demonstração das variações patrimoniais não dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos de pequeno valor, assim definidos em lei complementar específica.
- V. as receitas e despesas previdenciárias poderão ser apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) II e V.
- (E) III, IV e V.

60. A Lei Federal nº 4.320/1964 estabelece que os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o estabelecido em alguns dos Anexos constantes daquela Lei.

A referida Lei estabelece, ainda, que

- I. é vedada a demonstração, no Balanço Financeiro, dos recebimentos e dos pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
- II. a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- III. o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- IV. os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- V. o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e V.
- (E) II, IV e V.

GRUPO II

Direito Civil e Processual Civil

61. De acordo com o Código Civil, a doação

- (A) é nula quando realizada de ascendente para descendente.
- (B) dispensa aceitação, ainda que sujeita a encargo.
- (C) é anulável quando realizada de ascendente para descendente.
- (D) não poderá ultrapassar a vida do donatário, quando feita em forma de subvenção periódica.
- (E) não se reveste, em regra, da forma escrita.

62. Francisco simulou ter vendido imóvel a Carla, sua amante, a quem, em verdade, doara referido bem. De acordo com o Código Civil, tal ato,

- (A) diferentemente dos demais defeitos do negócio jurídico, é nulo, devendo ser invalidado de ofício, pelo juiz.
- (B) assim como os demais defeitos do negócio jurídico, é nulo, devendo ser invalidado de ofício, pelo juiz.
- (C) assim como os demais defeitos do negócio jurídico, é anulável, não podendo ser invalidado de ofício, pelo juiz.
- (D) assim como os demais defeitos do negócio jurídico, é anulável, devendo ser invalidado de ofício, pelo juiz.
- (E) diferentemente dos demais defeitos do negócio jurídico, é anulável, não podendo ser invalidado de ofício, pelo juiz.

63. Carlos e Roberto celebraram contrato de natureza civil no âmbito do qual estipularam que, no caso de as partes pretenderem reparação civil, o prazo legal de prescrição, de três anos, seria majorado para cinco. Tendo tido direito violado, Carlos ajuizou ação contra Roberto quatro anos depois do nascimento da pretensão. Carlos é relativamente incapaz e foi devidamente assistido quando da celebração do negócio. A pretensão

- (A) não está prescrita, porque, embora inválida a cláusula que altera o prazo de prescrição, esta não corre contra o relativamente incapaz.
- (B) está prescrita e assim deverá ser declarada, inclusive de ofício, pelo juiz.
- (C) não está prescrita, porque, embora corra a prescrição contra o relativamente incapaz, a ação foi ajuizada dentro do prazo estipulado em cláusula contratual, que é válida.
- (D) não está prescrita, porque não corre a prescrição contra o relativamente incapaz e porque a ação foi ajuizada dentro do prazo estipulado em cláusula contratual, que é válida.
- (E) está prescrita e assim deverá ser declarada desde que a requerimento de Roberto, vedado ao juiz conhecê-la de ofício.



64. Os negócios sob condição suspensiva (A) subordinam-se a evento futuro e certo. (B) operam efeitos desde logo, os quais são suspensos em caso de implemento da condição. (C) são protegidos contra o advento de lei nova, em caso de conflito de leis no tempo, mesmo que ainda não tenha havido o implemento da condição. (D) geram, no que toca aos conflitos de lei no tempo, meras expectativas de direito, não protegidas contra o advento de lei nova. (E) não permitem que o titular eventual do direito pratique atos destinados à sua conservação.	68. A distribuição de dividendos na sociedade anônima (A) não obriga os acionistas que os receberam de boa-fé a restituí-los, ainda que realizada de forma indevida. (B) pode ser feita à conta de reserva de capital, mas somente no caso de determinadas classes de ações ordinárias. (C) somente pode ser feita à conta de lucro líquido do exercício, de lucros acumulados e de reserva de lucros. (D) será devida à pessoa que estiver inscrita como proprietária ou usufrutuária da ação no dia do efetivo pagamento, sendo irrelevante, para esse fim, a data do ato de declaração dos dividendos. (E) obriga somente os administradores que a aprovaram a repor à caixa social a importância distribuída indevidamente.
65. A respeito da competência, considere I. A incompetência absoluta deve ser arguida no âmbito de exceção de incompetência. II. Declarada a incompetência absoluta, todos os atos do processo são declarados nulos, por afrontarem expressa disposição de lei. III. Declarada a incompetência absoluta, o processo é extinto sem resolução de mérito, por ausência de condições da ação. IV. Duas ou mais ações são conexas quando comum o objeto ou a causa de pedir. Está correto o que se afirma APENAS em (A) IV. (B) II, III e IV. (C) I, II e III. (D) I, II e IV. (E) I e III.	69. Acerca da caracterização, inscrição e capacidade do empresário, é correto afirmar: (A) É facultativa a inscrição, no Registro Público de Empresas Mercantis, do empresário cuja atividade rural constitua sua principal profissão. (B) Mesmo a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas. (C) Quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, não pode ser considerado empresário em nenhuma hipótese. (D) O relativamente incapaz, desde que devidamente assistido, poderá continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, vedada tal possibilidade ao absolutamente incapaz, ainda que por meio de representante. (E) É vedado ao empresário casado, salvo no regime da separação total de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus reais sem a outorga conjugal.
Direito Empresarial 66. As sociedades empresárias personificadas adquirem personalidade jurídica com a (A) celebração, por instrumento público, do seu contrato ou estatuto social. (B) inscrição do seu ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas. (C) sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). (D) inscrição do seu ato constitutivo no Registro Público de Empresas Mercantis, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo. (E) publicação, na imprensa oficial, da sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).	70. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, extingue as obrigações do falido (A) somente o pagamento, depois de realizado todo o ativo, de mais de 50% dos créditos quirografários. (B) o pagamento, depois de realizado todo o ativo, de mais de 30% dos créditos quirografários, sendo facultado ao falido o depósito da quantia necessária para atingir essa porcentagem se para tanto não bastou a integral liquidação do ativo. (C) o decurso do prazo de 5 anos, contado do encerramento da falência, independentemente de o falido ter sido condenado por prática de crime previsto nessa mesma lei. (D) somente com o pagamento de todos os créditos. (E) o decurso do prazo de 10 anos, contado do encerramento da falência, se o falido tiver sido condenado pela prática de crime previsto nessa mesma lei.
67. Ao fim de cada exercício social, a diretoria das sociedades anônimas é obrigada a elaborar as demonstrações financeiras da companhia. Das demonstrações previstas na Lei das Sociedades por Ação, Lei nº 6.404/1976, a companhia fechada com patrimônio líquido inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), apurado na data do balanço, está DISPENSADA de elaborar a demonstração (A) dos lucros ou prejuízos acumulados, apenas. (B) do valor adicionado, apenas. (C) dos lucros ou prejuízos acumulados e a demonstração do valor adicionado. (D) do valor adicionado e a demonstração dos fluxos de caixa. (E) dos fluxos de caixa, apenas.	



71. Acerca do contrato de seguro de dano, considere:

- I. Não se inclui na garantia o sinistro provocado por vício intrínseco da coisa segurada, não declarado pelo segurado.
- II. A indenização não pode ultrapassar o valor do interesse segurado no momento do sinistro, e, em hipótese alguma, o limite máximo da garantia fixado na apólice, salvo em caso de mora do segurador.
- III. Desde que expressamente contratada, a garantia prometida pode ultrapassar o valor do interesse segurado no momento da conclusão do contrato.
- IV. Na omissão do contrato, é vedado ao segurado transferi-lo a terceiro na hipótese de alienação ou cessão do interesse segurado.
- V. Na omissão do contrato, o seguro de um interesse por menos do que valha não acarreta a redução proporcional da indenização, no caso de sinistro parcial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

72. Nos termos da Lei nº 6.404/1976, a sociedade controladora e suas controladas podem constituir grupo de sociedades, mediante convenção pela qual se obriguem a combinar recursos ou esforços para a realização dos respectivos objetos, ou a participar de atividades ou empreendimentos comuns. Nesse caso,

- (A) considera-se constituído o grupo de sociedades a partir da data em que todas as sociedades dele integrantes tiverem aprovado sua adesão à convenção do grupo.
- (B) as relações entre as sociedades e a estrutura administrativa do grupo são estabelecidas na convenção do grupo, e as sociedades que o integram deixam de ter patrimônio e personalidades distintos, que passam a ser concentrados na controladora.
- (C) a sociedade controladora, ou de comando do grupo, pode ser brasileira ou estrangeira.
- (D) a companhia que, por seu objeto, depende de autorização para funcionar, poderá participar de grupo de sociedades independentemente de aprovação da convenção do grupo pela autoridade competente para aprovar suas alterações estatutárias.
- (E) a representação das sociedades perante terceiros, salvo disposição expressa na convenção do grupo, arquivada no registro do comércio e publicada, caberá exclusivamente aos administradores de cada sociedade, de acordo com os respectivos estatutos ou contratos sociais.

73. Acerca do consórcio de sociedades, é correto afirmar:

- (A) A contração do consórcio enseja presunção absoluta de solidariedade entre as sociedades consorciadas.
- (B) Tem personalidade jurídica autônoma e distinta das sociedades consorciadas.
- (C) A falência de uma sociedade consorciada se estende de pleno direito às demais.
- (D) O contrato de consórcio e suas alterações dispensam arquivamento no Registro Público de Empresas.
- (E) É constituído mediante contrato aprovado pelo órgão da sociedade competente para autorizar a alienação de bens do ativo não circulante.

Direito Penal

74. Determinada lei dispõe: "*Subtrair objetos de arte. Pena: a ser fixada livremente pelo juiz de acordo com as circunstâncias do fato*".

Para um fato cometido após a sua vigência, é correto afirmar que a referida lei

- (A) fere o princípio da legalidade.
- (B) fere o princípio da anterioridade.
- (C) fere os princípios da legalidade e da anterioridade.
- (D) não fere os princípios da legalidade e da anterioridade.
- (E) é uma norma penal em branco.

75. A respeito da relação de causalidade, é INCORRETO afirmar que

- (A) o resultado, de que depende a existência do crime, só é imputável a quem lhe deu causa.
- (B) não há fato típico decorrente de caso fortuito.
- (C) não há crime sem resultado.
- (D) a omissão também pode ser causa do resultado.
- (E) o Código Penal adotou a teoria da equivalência das condições.

76. A respeito do crime de furto, é correto afirmar que

- (A) caracteriza a escalada o ingresso no imóvel pela porta dos fundos.
- (B) considera-se repouso noturno somente o período das 12 às 6 horas.
- (C) a energia elétrica pode ser objeto de furto.
- (D) se admite na forma culposa a aplicação apenas de sanção pecuniária.
- (E) configura o crime de furto a subtração de ser humano vivo.

77. O médico chefe de hospital público que retarda a expedição de atestado de óbito por animosidade com a família do falecido comete crime de

- (A) exercício arbitrário ou abuso de poder.
- (B) falsa perícia.
- (C) corrupção passiva privilegiada.
- (D) prevaricação.
- (E) falsidade de atestado médico.

78. A respeito dos Crimes contra o Meio Ambiente previstos na Lei nº 9.605/1998, considere:

- I. O crime de provocar incêndio em mata ou floresta admite a forma culposa.
- II. Só a fauna silvestre pode ser objeto do crime de tratar animal com crueldade.
- III. A pessoa jurídica não pode ser sujeito ativo do crime de pesca mediante utilização de explosivos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) III.

**Direito Previdenciário**

79. A Seguridade Social compreende um conjunto de ações objetivando a garantia de direitos relacionados à Assistência Social, que tem por objetivos constitucionais
- (A) seletividade e diversidade de benefícios e serviços entre população urbana e rural.
 - (B) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
 - (C) centralização político administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais aos Estados e Municípios e a execução dos programas à esfera federal, mediante gestão tripartite.
 - (D) a garantia de 50% do salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de manutenção própria ou por sua família, durante o prazo máximo de 5 anos.
 - (E) terá caráter contributivo e de filiação obrigatória visando à promoção humanística, científica e tecnológica do País.
80. A Constituição Federal prevê algumas hipóteses e fontes de financiamento e custeio da Seguridade Social, estipulando, ainda, que uma vez criada determinada contribuição social com este intuito, ela poderá ser exigida
- (A) após 90 dias da data de publicação da lei que a criou.
 - (B) no exercício financeiro posterior.
 - (C) após 45 dias do início do próximo exercício financeiro anual.
 - (D) após 45 dias da data de publicação da lei que a criou.
 - (E) de forma imediata.
81. Em relação aos dependentes dos segurados, nos termos previstos no Plano de Benefícios do Regime Geral da Previdência Social,
- (A) os avós constam do rol dos dependentes que têm dependência econômica legalmente presumida.
 - (B) são benefícios previstos aos dependentes a pensão por morte, a reabilitação profissional e o salário maternidade.
 - (C) o menor tutelado e o enteado não se equiparam aos filhos para efeitos previdenciários.
 - (D) a existência de dependentes de quaisquer das classes exclui do direito às prestações os das classes seguintes.
 - (E) os irmãos menores de 21 anos, ainda que emancipados, são dependentes de segunda classe.
82. Nos termos do Plano de Custeio da Seguridade Social, integra o salário de contribuição do segurado empregado
- (A) todo o benefício da previdência social, nos termos e limites legais.
 - (B) a importância recebida a título de incentivo à demissão.
 - (C) o total das diárias pagas, quando excedentes a 50% da remuneração mensal.
 - (D) a importância recebida como licença-prêmio indenizada.
 - (E) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica.
83. Em relação à justificação administrativa, com base na legislação aplicável, é correto afirmar:
- (A) Trata-se de processo administrativo perante o INSS, que poderá processar-se ainda que não esteja em curso outro processo administrativo, devido a sua natureza instrumental e autônoma.
 - (B) É uma opção legal conferida ao interessado, ainda que exista outro meio capaz de configurar a verdade do fato alegado e de sua plausibilidade.
 - (C) A homologação da justificativa judicial que foi processada apenas com base na prova testemunhal dispensará a justificativa administrativa em qualquer circunstância.
 - (D) Constitui-se em um recurso do beneficiário perante a previdência social para produzir prova de fato ou circunstância de seu interesse, não se prestando para suprir a falta ou insuficiência de documento.
 - (E) Para o seu processamento, o interessado deve apresentar requerimento expondo, clara e minuciosamente, os pontos que pretende justificar, indicando de três a seis testemunhas idôneas.
84. Conforme legislação que disciplina sobre o Regime Próprio de Previdência Social, é INCORRETO, afirmar:
- (A) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.
 - (B) As alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios podem ser inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ser observadas nas contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal.
 - (C) O servidor público civil que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária prevista no regime próprio e opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até atingir a aposentadoria compulsória.
 - (D) É critério do regime próprio dos servidores públicos a cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que o regime possa garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais.
 - (E) No caso de extinção de regime próprio de previdência social, os entes federados assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios, cujos requisitos necessários a sua concessão, foram implementados anteriormente à extinção do regime.
85. O período de carência visa a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. Para os segurados que ingressaram no sistema após a vigência da Lei nº 8.213/1991, em relação aos benefícios de aposentadoria especial, aposentadoria por invalidez acidentária e salário-família, a carência, em número de contribuições mensais, será respectivamente de
- (A) 180, nenhuma, nenhuma.
 - (B) 180, 12, nenhuma.
 - (C) 120, 12, 10.
 - (D) 120, nenhuma, 10.
 - (E) 180, 120, 12.



86. No Regime Geral de Previdência Social, a aposentadoria por idade será devida ao segurado que preencher os seguintes requisitos em relação à carência e à idade:
- (A) 30 contribuições anuais, 65 anos se homem, 60 anos se mulher para os urbanos.
 - (B) 180 contribuições mensais, 65 anos se homem, 60 anos se mulher para os urbanos.
 - (C) 15 contribuições anuais, 60 anos se homem, 55 anos se mulher para os rurais.
 - (D) 120 contribuições mensais, 55 anos se homem, 50 anos se mulher para os rurais.
 - (E) 180 contribuições mensais, 60 anos se homem, 55 anos se mulher para os urbanos.

Direito Tributário

Siglas Utilizadas:

STF: Supremo Tribunal Federal.

ISS ou ISSQN: Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

ICMS: Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

ITCMD ou ITCD ou ICD ou ITC: Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação.

87. Considere o seguinte dispositivo de Lei Municipal: *Não incide o ISS sobre o serviço de transporte intermunicipal de passageiros*. Tal disposição legal constitui
- (A) isenção concedida pela lei municipal.
 - (B) hipótese de exclusão do crédito tributário definida pela legislação municipal.
 - (C) disposição legal inconstitucional, pois institui um benefício fiscal do ISSQN concedido sem amparo em Lei Complementar, e em violação ao texto constitucional.
 - (D) enunciado legal ineficaz.
 - (E) renúncia de receita tributária.

88. Na hipótese de o STF, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, julgar, com efeito *erga omnes* e *extunc*, que incide o ICMS sobre os serviços de composição gráfica de embalagens destinadas ao acondicionamento de mercadorias destinadas a revenda, referida decisão
- (A) deverá ser observada pelas autoridades fazendárias estaduais, as quais deverão constituir os créditos tributários correspondentes aos fatos geradores ocorridos após a sua publicação.
 - (B) implicará a cobrança da diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas operações de entrada de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação e utilizadas no processo de composição gráfica das embalagens.
 - (C) tem como efeito reflexo a não incidência do ISSQN sobre as mesmas operações e prestações, o qual poderá vir a ser objeto de pedido de restituição aos respectivos prestadores de serviço, desde que atendidos aos requisitos previstos no artigo 166, do Código Tributário Nacional.
 - (D) não deverá representar a cobrança do ICMS retroativo, pois embora não tenha havido o débito do imposto na saída dos produtos resultantes da composição gráfica, também não houve o crédito por parte dos respectivos adquirentes.
 - (E) implicará dispensa do cumprimento das obrigações acessórias estaduais pertinentes, por tratar exclusivamente da obrigação principal.

89. A concessão de uma isenção do ICMS

- (A) deve ser precedida da aprovação de convênio somente entre as Unidades da Federação interessadas na respectiva desoneração tributária.
- (B) poderá ser usufruída pelo contribuinte tão logo haja a publicação no Diário Oficial do convênio firmado pelos Estados e Distrito Federal.
- (C) inviabiliza o aproveitamento do crédito fiscal por parte do adquirente da mercadoria isenta, exceto se assegurada a manutenção do crédito pelas operações anteriores.
- (D) dispensa o cumprimento das obrigações acessórias relacionadas às operações ou prestações isentas.
- (E) representará, como regra, óbice ao crédito de ICMS decorrente da aplicação do princípio constitucional da não cumulatividade, relativamente às operações anteriores, inclusive no tocante às matérias-primas utilizadas na industrialização das mercadorias cuja venda esteja beneficiada com a isenção.

90. O ITCMD

- (A) é devido em favor do Estado do domicílio do donatário, no caso de doações de bens móveis.
- (B) poderá ser progressivo, a despeito da inexistência de disposição expressa autorizando a progressividade das alíquotas do ITCMD no texto constitucional.
- (C) é devido em favor do Estado do donatário para o caso de doações de imóveis localizados no exterior, desde que o donatário seja domiciliado no Brasil.
- (D) é devido em partes iguais aos Estados envolvidos, sempre que haja pluralidade de domicílios civis.
- (E) poderá ser cobrado concomitantemente com o ITBI na hipótese de transmissão de bens móveis.

91. Compreende-se no campo de incidência do ISSQN

- (A) os serviços definidos em lista constante de lei complementar prestados por um concessionário de serviços públicos contratados no regime de parceria público-privada na modalidade "concessão administrativa" cuja remuneração seja inteiramente paga pelo parceiro público.
- (B) a construção de edifício destinado à venda, realizada pelo incorporador imobiliário.
- (C) a parcela cobrada pelo vendedor pela entrega da mercadoria por ele comercializada até o domicílio do comprador, situado no mesmo Município.
- (D) a obra de construção civil de um porto localizado em país estrangeiro financiada por entidade de crédito brasileira executada por empreiteira brasileira.
- (E) os serviços prestados pelos conselheiros de administração de empresas públicas e sociedades de economias mista.



92. A isenção de ISSQN sobre a prestação de serviços públicos objetos de contrato de Parceria Público Privada concedida por lei pelo próprio Município que seja o parceiro público é (A) medida conveniente e oportuna, pois não faz sentido tornar o serviço público municipal mais oneroso por conta do ISSQN que poderia ser arrecadado pelo próprio Município. (B) inconstitucional, pois depende de convênio firmado entre os Municípios. (C) constitucional, pois o Município tem o poder de tributar bem como o de isentar do ISSQN, observados, dentre outros, os princípios da legalidade, isonomia, capacidade contributiva e o interesse público. (D) constitucional, pois na falta de disposição de lei complementar dispondo sobre os procedimentos relativos à concessão de benefícios, os Municípios têm a competência plena para concedê-los mediante lei. (E) inconstitucional, independentemente da edição de lei ordinária municipal ou do interesse público relativo à modicidade tarifária do serviço público objeto da Parceria Público Privada.	96. Um dos fatores que leva ao deslocamento a curva de demanda são as preferências. Um aumento do gasto com propaganda e <i>marketing</i> tende a (A) levar a firma a gastar mais sem efeito algum sobre o nível de vendas. (B) deslocar a curva de demanda para a esquerda, aumentando a demanda do bem. (C) deslocar a curva de demanda para a direita, aumentando a demanda do bem. (D) deslocar a curva de oferta e de demanda para a esquerda, reduzindo a demanda do bem. (E) deslocar a curva de oferta para a direita reduzindo a oferta do bem. 97. A Curva de Phillips ilustra a relação (A) inversa entre desemprego e inflação. (B) direta entre desemprego e inflação. (C) inversa entre déficit público e inflação. (D) estável entre consumo e renda disponível. (E) inversa entre salário e inflação.
93. Acerca das imunidades tributárias, é correto afirmar que (A) a imunidade dos templos de qualquer culto abrange o local de culto e também imóveis de propriedade da entidade religiosa locados a terceiros, desde que o aluguel reverta em benefício da atividade religiosa. (B) as entidades fechadas de previdência privada estão amparadas pela imunidade, devido à natureza assistencial. (C) são aplicáveis exclusivamente em relação aos impostos. (D) a imunidade relativa às operações com petróleo, combustíveis e minerais alcança os tributos em geral, compreendendo impostos e contribuições. (E) a imunidade recíproca beneficia as empresas públicas e sociedades de economia mista.	98. Entre as diversas teorias acerca da liderança nas organizações destaca-se a desenvolvida por Robert Blake e Mouton, conhecida por <i>grid</i> (ou grade) gerencial. Segundo os autores, o gestor orienta sua ação para dois aspectos fundamentais: (A) o organizacional, também denominado interpessoal, e o intrapessoal. (B) a estrutura de iniciação e a consideração. (C) o comprometimento e o gerenciamento. (D) a ênfase na produção e a ênfase nas pessoas. (E) a maturidade no trabalho e a maturidade psicológica. 99. Instituída nos anos 1990, a Fundação Nacional da Qualidade – FNQ é um importante centro de estudos, debate e irradiação de conhecimentos sobre excelência em gestão. O modelo de excelência preconizado pela FNQ (A) adota, entre seus fundamentos, o pensamento sistêmico, que corresponde ao entendimento das relações de interdependência entre os diversos componentes de uma organização e entre a organização e o ambiente externo. (B) apresenta critérios de excelência que permitem às organizações medirem seus esforços rumo à excelência, entre os quais se insere a visão de futuro, voltada à perenização da organização. (C) não comporta adaptação à Administração pública, não obstante os esforços realizados, em face da incompatibilidade com os princípios constitucionais a esta aplicáveis. (D) mostrou-se ineficaz, em face da dificuldade de estabelecimento de uma métrica consistente de avaliação e na fixação de critérios objetivos. (E) constitui um sistema de avaliação de processos e de desempenho organizacional, que pressupõe a fixação de indicadores e metas.
94. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário (A) o depósito do montante que o contribuinte entende devido, até o valor depositado. (B) a liminar concedida em mandado de segurança. (C) o oferecimento de fiança bancária no curso do processo de execução fiscal. (D) a decisão proferida pelo STF, com trânsito em julgado, relativa à inconstitucionalidade do tributo objeto de questionamento. (E) o arrolamento de bens suficientes à satisfação do crédito tributário exigível pela Prefeitura. Economia e Administração 95. No Brasil, os bancos comerciais tendem a manter em níveis baixos suas reservas excedentes pois (A) o Banco Central do Brasil cobra uma multa pela retenção de reservas excedentes. (B) os bancos comerciais estão preocupados com a estabilidade econômica. (C) os bancos desejam maximizar lucro, e reservas excedentes não pagam juros. (D) os bancos comerciais preferem manter suas reservas excedentes como reservas compulsórias. (E) os bancos comerciais depositam tais reservas no FMI como reservas internacionais.	100. No processo de evolução da Administração pública, o paradigma pós-burocrático que conduziu ao modelo gerencial introduziu, como inovação em relação ao modelo anterior, (A) a meritocracia. (B) a impessoalidade. (C) a racionalidade. (D) a hierarquia. (E) o controle de resultados.